

A EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA NOS ANOS 60

Léa Maria Ferreira Vedana¹

Resumo: O principal objetivo deste artigo é analisar a educação no Município de Florianópolis no período de 1964 a 1974, enquanto formação discursiva, constituída na preparação do indivíduo para a “modernização” do Estado. Através da implantação das Leis Estaduais/69 e Federais/71, privilegiou-se a preparação do indivíduo para o trabalho especializado nas indústrias. Dessa forma, o discurso é trabalhado enquanto representação, buscando identificar através do mesmo a tentativa de instituir-se condutas que se adequassem ao modelo sócio-econômico vigente.

Palavras Chaves: Educação – Desenvolvimento – Progresso

Abstract: The main aim of this article is to analyze the educational process in Florianópolis municipal district between the years of 1964 and 1974, considering it as a discourse leaded to the training of individual to the state “modernization”. Through the enforcement of two laws, a State law in the year of 1969, and a Federal law in the year of 1971, the individual training was stressed to the specialized industries skills. Therefore, the discourse is considered as a representation, in an attempt to identify the appropriate conducts to the present social and economic model.

Keywords: Education – Development – Progress .

Os anos 60 foram profícuos em estudos e debates em relação à deficiência existente no sistema educacional em Santa Catarina. A educação, nesse período, é revestida de um discurso que a vincula ao progresso e à civilidade, como um dos caminhos certos para atingir a

¹ Graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, sob orientação do Prof. Dr. Artur César Isaia. Professora de História do 1º e 2º graus.

modernização do Brasil. Podemos constatar esse ideário de educação nas palavras de Jarbas Passarinho.²

*O jovem procura a educação formal como objetivo de valorização pessoal. Mas, à Nação, cabe velar para que sua valorização se faça em proveito das necessidades da comunidade, ou seja, como fator de produção e não como excedente profissional, marginalizado do processo produtivo.*³

A educação pós 64, foi instituída pelos governantes como mecanismo que acentuava sua estratégia de modernização acelerada. Os discursos construídos davam sentido a esses interesses emergentes, de um capitalismo dependente-associado.⁴ Através de sucessivos programas educacionais de desenvolvimento, privilegiou-se a profissionalização, levando as escolas a ampliarem e dinamizarem suas ações para atingirem as metas planejadas de “progresso”. Os discursos são tomados aqui a partir de sua faculdade redutora do real: *“a dispersão dos sentidos e do sujeito é a condição de existência do discurso, mas para que funcione ele toma a aparência da unidade. Essa ilusão de unidade é o efeito ideológico, é a construção necessária do imaginário discursivo”*.⁵

Dessa forma a educação em Santa Catarina passa a ser constituída na preparação do indivíduo para a “modernização” do Estado, inserida no ideal de desenvolvimento da nação.

² Ministro da Educação nos governos militares de 1964 a 1974. Um dos responsáveis pela reforma do ensino nos anos 60, em que o ideário da aceleração do desenvolvimento econômico apontava a educação como um dos segmentos essenciais para atingir as metas propostas de um Brasil “moderno”.

³ Apud. Covre, Maria de Lourdes M. - A Fala dos Homens - Análise do Pensamento Tecnocrático - 64-81, São Paulo: brasiliense, 1983, p.297. Jarbas Passarinho “Uma aula de educação”. JT 08/01/70.

⁴ Com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek inicia-se o modelo econômico dependente-associado com a entrada das empresas multinacionais que será acentuada nos governos Militares. Ver: MENDONÇA, Sônia Regina. Dez Anos de Economia brasileira: História e Historiografia (1954-1964). Revista brasileira de História - ANPUH, São Paulo: Marco Zero, vol.14, 1994, p.89.

⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli - As formas do Silêncio - No Movimento dos Sentidos, São Paulo: Unicamp, 1995, p.19.

A idéia de um desenvolvimento excessivo acima do “fazer social” aparece reiteradamente no “corpus documental” trabalhado. O desenvolvimento aparece como formação discursiva⁶ em torno da qual são tecidos os significados sociais. A educação aparece intimamente relacionada com uma construção de uma sociedade “progressista”.

Com o intuito de alcançar o ideário de desenvolvimento do Estado, foram elaborados vários estudos e debates sobre a educação. Para tanto, foi destinada uma equipe, do PLAMEG⁷, para a área de planejamento da educação. Através de estudos realizados pela equipe verificou-se que a educação, até a década de 60, em Santa Catarina, principalmente nas escolas públicas, apresentou poucas mudanças. A escola catarinense até este período era considerada como uma escola arcaica. O que era o ensino no Estado no ano de 1961? Em traços gerais cerca de 40% das crianças em idade escolar não tinham oportunidades de matrícula ou estavam precariamente escolarizadas. “As aulas aconteciam em verdadeiros ranchos, casebres, pequenas dependências cedidas por instituições religiosas e sociais, saletas alugadas em modestas casas particulares. Os educadores, não tinham os requisitos mínimos para cumprirem as tarefas superiores exigidas.”⁸

A evasão escolar, apresentava-se na mais impressionante proporção. Do total das crianças que entravam na primeira série da escola primária, 15% concluíam a quarta série. Dessas, 6% ingressavam no primeiro ciclo de cursos de nível médio. Os grupos escolares viviam em regime de três turnos: “*o vaivém das crianças que entravam e saíam após uma passagem de pouco mais de duas horas na escola, lembravam patéticas sessões cinematográficas, no estilo passatempo*”.

⁶ Formação discursivas são vistas como “sítios de significância”. Dessa forma não são matrizes determinantes de significados. São “pontos de atracagem”, marcados pela diferença, contradição. Ver: ORLANDI, Eni Pulcinelli. (org.) - “*Gestos de Leitura*”. Campinas, UNICANPI, 1994, p.11.

⁷ RAMOS, Celso - *PLAMEG: Plano de Metas do Governo Celso Ramos - 1961/1965* - O PLAMEG era assessorado pelo Gabinete do Planejamento, composto por uma equipe de técnicos tais como: economistas, educadores, arquitetos que por sua vez recebiam cooperações de outros técnicos como inspetores escolares, estatísticos. Ver: SCHMITZ, Sérgio - *Planejamento Estadual - A Experiência do PLAMEG*. Santa Catarina: UFSC, 1985.

⁸ RAMOS, Celso - *A Escolarização de Nível Primário em Santa Catarina* - (considerações sobre um planejamento) - PLAMEG, Gabinete de Planejamento, p.10

Como consequência, a taxa de reprovação atingia cerca de 40% o que resultava grande parte em desistência.⁹

A primeira experiência, como plano educacional no Estado, surge no PLAMEG, Plano de Metas do Governo Estadual - (1961/1965) - decorrente do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubistchek, que patrocinava o desenvolvimento do Brasil, atendendo e confirmando a propalada necessidade de modernizar e ampliar as indústrias do Estado.¹⁰ Segundo o próprio Celso Ramos: “*O governo hasteia a bandeira sensível às aspirações comuns de progresso, contra a rotina estiolante*”.¹¹

O PLAMEG não foge à regra de todos os planos de governo do período, dando prioridade à construção de obras, mas vai ser o primeiro dentro da história educacional do Estado de Santa Catarina, que elabora um planejamento vinculando a educação à modernização do Estado, na tentativa de promover o desenvolvimento sócio-econômico. Para tanto foi criado um Fundo Estadual de Educação¹², destinado à construção, reconstrução, ampliação e equipamento de prédios escolares de ensino primário, médio e superior, inclusive aperfeiçoamento de serviços, *melhorias dos padrões pedagógicos e subvenções e ajudas financeiras e técnicas, a entidades particulares ou oficiais de outra órbita, vinculada ao saber*.¹³

O PLAMEG além de ampliar e modernizar as escolas, elabora um estudo de qualificação do ensino. O material que serviu de base para o início das mudanças propostas vieram das conclusões do Seminário

⁹ Ibidem. p. 10-11.

¹⁰ Para efeitos desse trabalho considerar-se-á o discurso de ênfase técnica e modernizante tendo o PLAMEG I (1961/1965) e o PLAMEG II (1966/1969), como baliza temporal.

¹¹ RAMOS, Celso - *A Escolarização de Nível Primário em Santa Catarina* - (considerações sobre um planejamento) - PLAMEG, Gabinete de Planejamento p. 10.

¹² Lei 2.772 - cria o Fundo Estadual de Educação - PLAMEG - 21/07/61 - no seu art. n° 11 instituiu taxas a serem cobradas através de selos estaduais, sobre todos e quaisquer atos, títulos, documentos e papéis sujeitos ao selo estadual. Além de taxas, o Fundo Estadual contava com 4 % da renda dos Municípios e ainda, com o Fundo Nacional de Educação, oriundos do BID (Banco Internacional de Desenvolvimento). O fundo era depositado no BADESC (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A), e cabia ao Gabinete de Planejamento, junto ao Governo do Estado, liberar as verbas.

¹³ Lei 2.772 - 21/ 07/1961 - *Plano de Metas do Governo do Estado* - Capítulo 1 - Criar. p.18

sobre política sócio-econômica, realizado em 1960, pela Federação da Indústria de Santa Catarina. Os dados que serviram de base para o documento foram obtidos por coleta de questionários e, principalmente, por diálogo direto com figuras representativas dos diversos ramos de atividade em cada município. As falas proferidas pelo gabinete de planejamento do PLAMEG incorporavam o discurso do governo populista, no qual o povo estava retoricamente presente, tendo o poder que contar com o mesmo, como força política: *O Plano de Metas do Novo governo fora traçado ali, nascido do povo que havia sido escutado*.¹⁴

Mas até que ponto realmente o povo foi participante? Em uma estrutura educacional, em que 40% das crianças em idade escolar primária não tinha acesso à escola, é de se colocar sob suspeita essa efetiva participação popular. Segundo Bourdieu, “*o que os indivíduos devem à escola é sobretudo um repertório de lugares-comuns, não apenas um discurso e uma linguagem comuns, mas também terrenos de encontro, e acordo, problemas comuns e maneiras comuns de abordar tais problemas comuns*”.¹⁵

No repertório de acordos secretos, de terrenos de encontro socializados pela escola, o desenvolvimento, na leitura do capitalismo dependente-associado, afirma-se como realidade óbvia, necessária, inquestionável na década de 60. O discurso de modernização tinha como alvo central o desenvolvimento acelerado do conhecimento das técnicas para aumentar a capacidade de especialização da mão-de-obra formada. A preocupação não estava em formar o indivíduo, preparando-o para o conhecimento do todo da sociedade em que vive, mas sim prepará-lo para o trabalho com o intuito de alcançar o desenvolvimento econômico da nação, atrelado a um capital externo. “*Não podemos mais ficar como meros espectadores, vendo outros povos a marchar. Temos de marchar com eles com urgência*”.¹⁶

¹⁴ RAMOS, Celso - Governo do Estado - *A Escolarização de Nível Primário em Santa Catarina* - (considerações sobre um planejamento), PLAMEG, Gabinete de Planejamento, p. 09.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre - *A Economia das trocas Simbólicas* - São Paulo: perspectiva, 1992 - p. 207.

¹⁶ RAMOS, Celso - Governo do Estado - *Primeira Mensagem Anual do Governo* - Estado de Santa Catarina - Florianópolis, 1961, p. 208

Desta forma, para suprir as deficiências existentes na qualidade dos recursos humanos, o PLAMEG, solicitou ao Conselho Estadual de Educação¹⁷ que elaborasse estudos para melhorar a qualidade do ensino no Estado. Alguns destes foram efetivados e constatou-se que a falta da especialização dos profissionais agravava cada vez mais a situação educacional. O Conselho Estadual de Educação sugeriu a criação de uma Faculdade que teria como objetivo a especialização de educadores. O trabalho da Faculdade de Educação assumiu papel importante no cenário do discurso desenvolvimentista. Foi através de um convênio entre o Gabinete do Planejamento e o Ministério de Educação e Cultura, que foi instalado um Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais - CEPE - junto à Faculdade de Educação,¹⁸ criada pela Lei 3.191/63.

A estrutura da Faculdade era composta pelo Curso de Pedagogia(CP) e Centro de Estudo e Pesquisa Educacional -(CEPE)¹⁹. Após longos debates e estudos e em decorrência da regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases, ficou decidido que a Secretaria de Educação e Cultura, por sugestão do PLAMEG, seria responsável pelo Centro de Pesquisa Educacional referente ao seu grupo de trabalho e que o financiamento inicial seria destinado pelo PLAMEG.²⁰

O Conselho Estadual de Educação, a partir de 1961 vai assumir um papel decisivo no planejamento da educação no Estado. Até este período todas as deliberações eram realizadas pelo Conselho Federal de Educação, tomando decisões para todo o estado brasileiro. A necessidade de atender o desenvolvimento dos estados neste momento, tornava

¹⁷Lei 3.030 - 15/05/1962 - *O conselho Estadual de Educação* foi instituído para propor leis e reformular a lei de Diretrizes e Bases da Educação, como também deliberar todas as decisões necessárias sobre a mesma no Estado. Art. 109 b) - "aprovar os regulamentos e a orientação do ensino oficial e particular, dentro das limitações expressas na Constituição Federal, nas leis decorrentes desta, na Constituição do Estado e na presente lei;" d)- "aprovar ou estabelecer o planejamento integral da educação para o Estado, graduando sua execução de acordo com seus recursos financeiros".

¹⁸RAMOS, Celso - Governo do Estado -*Terceira Mensagem Anual do Governo* -Estado de Santa Catarina - Florianópolis 1963, p. 205.

¹⁹Decreto Lei N.SE- 14-08-63/563.

²⁰RAMOS, Celso - Governo do Estado -*Quarta Mensagem do Governo*- Estado de Santa Catarina - Florianópolis, 1964, p. 40.

necessária a criação dos Conselhos Estaduais de Educação, que tinham como incumbência diagnosticar a realidade sócio-econômica de cada região, na tentativa de adaptação do discurso hegemônico de um Brasil moderno e em desenvolvimento²¹. O Conselho não só atendia às escolas públicas como também às particulares, é importante acentuar que os membros dos Conselhos pertenciam ao círculo do poder, oriundo logicamente das elites.²² São os estudos realizados pelo Conselho e suas deliberações que vão respaldar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Estado promulgada em 1969.²³

O discurso vinculado pelo Estado neste momento era de que esse estava todo direcionado para que houvesse um desempenho quantitativo e qualitativo referente ao desempenho eficaz do indivíduo no trabalho. O estudante bem preparado, com uma especialização adequada, desempenharia suas funções como trabalhador competente, aumentando sua produtividade, e modernizando as indústrias, servindo a um capital interno e externo. Através da mídia as empresas desempenhavam suas funções divulgando programas educativos: o Radio-Educativo Nacional (Sirena), mantinha um programa dando noções gerais de higiene, hábitos alimentares, reformulação de processos econômicos.²⁴ As notícias nos jornais eram voltadas para as discussões do momento que sem dúvida incluíam a educação: *a educação (embora não sendo a propulsora exclusiva desse desenvolvimento) tem parcela ponderável de responsabilidade durante o período de afirmação do processo do aranco desenvolvimentista.*²⁵

²¹ RAMOS, Celso - Governo do Estado - *Terceira Mensagem do Governo* - Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1963. p.40.

²² Auras, Marli - *O Poder Oligárquico em Santa Catarina- da guerra dos "fanáticos" do Contestado à "opção pelos pequenos"*. São Paulo, 1989, Tese (Doutorado em Educação),PUC, p. 332.

²³ VALLE, Ione Ribeiro - *Burocratização da Educação* - Um estudo sobre o Conselho Estadual de Educação em Santa Catarina - Florianópolis: UFSC, 1996, p. 42.

²⁴ RAMOS, Celso - Governo do Estado - *Quarta Mensagem do Governo* - Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1964, p. 35. "A fim de promover a elevação do nível cultural do povo, programou-se, para o exercício de 1962, o estabelecimento de convênio com o Serviço Radio-Educativo Nacional (Sirena), que visava a difusão de conhecimentos gerais".

²⁵ Jornal "O Estado". Fpolis,17/03/63.

Durante toda a década de 60 a educação esteve em pauta nas discussões do poder executivo. Era necessário que medidas urgentes fossem tomadas. O Estado de Santa Catarina era considerado dentro dos estados do Sul do Brasil como uma das regiões mais atrasadas. Em 1967 decisões concretas foram tomadas partindo do diagnóstico feito no Colóquio Estadual para a Organização do Sistema de Ensino (CEOSE), na Faculdade de Educação, apoiado pelo CEPE, Gabinete de Planejamento II²⁶ e o Ministério da Educação e Cultura.

O resultado desse Colóquio ressaltou a importância de um plano estadual de educação que estabelecesse metas para suprir as exigências da falta de aperfeiçoamento da mão-de-obra no Estado. Este encontro contou com a assistência técnica da UNESCO que era encarregada em dar assistência aos problemas educacionais de todo o país²⁷

Depois de vários estudos, a Lei Estadual de Ensino de Santa Catarina²⁸ foi aprovada, partindo de uma exigência federal. A Lei Estadual antecipou a Lei Federal que serviu como estratégia de normatização das condutas da sociedade, tentando constituir novas práticas e representações, direcionando o trabalhador para a qualificação técnica, utilizando-se da discursividade de que o bem individual está inserido no comum da nação, e de que a realização individual dar-se-á no alcance do ideário de progresso do país.

²⁶ IVO, Silveira - *Governo do Estado (1966/1969)*: que dá continuidade ao PLAMEG do Governo Celso Ramos , o Gabinete do Planejamento , passa a ser titulado do *Gabinete do Planejamento II (PLAMEG II)* .

²⁷ Idem. p.03

²⁸ Lei 4.393/69 - 20/11/69